



## **As mutações socioespaciais provenientes da inserção das tecnologias de informação e comunicação no espaço urbano e rural das cidades digitais<sup>1</sup>**

Lutiana Casaroli<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás

### **RESUMO**

O eixo temático desta discussão gira em torno de compreender as mutações socioespaciais decorrentes da inserção de tecnologias de informação e comunicação digitais no espaço urbano e rural das “Cidades Digitais”, vistas a partir da atuação do Estado, pelo viés das Políticas Públicas, e da ação da Sociedade Civil Organizada, via grupos de resistência. Para tanto, discutiremos teoricamente por meio de pesquisa bibliográfica e documental os modos como as tecnologias de informação e comunicação afetam as relações espaciais e, conseqüentemente, a organização dos territórios, originando uma repercussão social em seus modos de ser e fazer, nascendo um sentido de pertencimento ao lugar e como tais afetações tangem a perspectiva teórico-prática da atuação profissional de Relações Públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidades Digitais; Espaço; Território; Mobilização Social; Relações Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

Em função dos diversos modos de apropriações e usos realizados pelos atores sociais, pode-se dizer que o espaço geográfico encontra-se em permanente metamorfose. Se, por um lado, nossas ações alteram os objetos e promovem a artificialização do meio, por outro, as tecnologias de informação e comunicação, ao se enraizarem na sociedade, provocam transformações em diversos campos, ganhando força e poder de transformação socioespacial.

A internet vem se transformando num fenômeno comunicacional e geográfico relevante para o entendimento de questões socioespaciais, especialmente pelas

---

<sup>1</sup> Trabalho enviado ao DT 7 “Comunicação, Espaço e Cidadania” – GP “Geografias da Comunicação” do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação – Universidade Federal de Goiás. E-mail: lutiana\_rp@yahoo.com.br



transformações territoriais que desencadeiam. Ela faz com que o espaço deixe de existir apenas no plano real para ceder lugar ao que se tem convencionalmente denominado “ciberespaço” que tem sido visto como uma dimensão técnica daquela categoria e a porta de acesso à “Era da Informação” (CASTELLS, 2008).

Porém, destacamos aqui que apesar da aparente facilidade de conexão proporcionada pela internet, este fenômeno pode deixar uma parcela da população sem acesso à rede, o que gera a exclusão digital. Em vista de uma universalização do acesso<sup>3</sup> é que se faz necessário a promoção de modos que facilitem à apropriação de TICs por parte daqueles bolsões marginalizados da população, pois se acredita que com a implantação de projetos de inclusão digital, pode-se proporcionar um aumento da participação popular em vista de uma gestão urbana participativa e articulada, seja no aspecto do acesso às políticas públicas, seja no aspecto do engajamento em causas e grupos de resistência. Tais iniciativas provêm de várias fontes, centrando-se na Sociedade Civil Organizada, através dos grupos de resistência, e no Estado, por meio das políticas públicas, o escopo desta discussão.

Pelo fato de o ciberespaço ser considerado uma “dimensão” do espaço geográfico, a sociedade utiliza-o como uma extensão do seu dia-a-dia, das mais diversas formas. Nesta perspectiva, salientamos a presença de grupos de resistência no ciberespaço que, dentro desta lógica, caracterizam-se como ativistas digitais. Destacamos aqui, dentre os diferentes modos de ativismo digital, especialmente aqueles buscam a mobilização e diálogo social, via discursivização de questões socioambientais. Em seu âmago encontra-se o anseio social de questionar algumas atitudes que podem propiciar impactos ambientais na paisagem da cidade e do campo<sup>4</sup>.

Com o intuito de alcançar seus objetivos, tais grupos contam com o potencial expositivo da internet para divulgar suas causas e, assim, sensibilizar o corpo social. Neste sentido, a proposta desta discussão busca compreender como essa dinâmica espacial pode contribuir para o surgimento de práticas mais cidadãs e um possível campo de atuação para as Relações Públicas. Para tanto, parte-se do pressuposto de que a cibercidade e todo o seu dinamismo socioespacial contribui para a mobilização social efetiva<sup>5</sup>. A discussão central da cidade digital se torna relevante em função de que nela

---

<sup>3</sup> Conforme dados da TIC Domicílios realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e da Comunicação em, 39% da população urbana e 77% da população rural nunca acessou a internet. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/B1.html>. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

<sup>44</sup> Cabe aqui a célebre reflexão de Abraham Lincoln: se as cidades perecerem e os campos forem preservados, as cidades renascerão; mas se os campos forem destruídos, as cidades desaparecerão para sempre.

<sup>5</sup> Operar uma análise que entenda as mudanças provocadas no espaço urbano e rural pela introdução das mídias digitais revela que a cidade está passando por um período de profundas transformações no aspecto físico e interpessoal, ambos presentes nesta discussão.



há possibilidades infinitas de interação, é onde os grupos de resistência se encontram e, conseqüentemente, ganham amparo, força e motivação (quicá adeptos). Pode ainda contribuir na conscientização da preservação da Terra, despertando o sentimento de pertencimento e, principalmente, o conhecimento transformador que gera a emancipação. Uma fagulha de esperança em prol da mudança.

Nesta perspectiva ainda é que o Estado, tendo consciência das potencialidades das redes digitais, fomenta políticas públicas de inclusão digital e de expansão das cidades digitais. Parte-se do pressuposto de que a cidade digital com seu dinamismo socioespacial contribui para a mobilização social efetiva, influenciando na construção e definição de suas estratégias de contato e institucionalização social. A noção de cidade digital emerge dentro deste contexto de apropriação das TICs pela sociedade civil organizada e pelo Estado. Carrega consigo o intuito de “lutar contra a exclusão social, regenerar o espaço público e promover a apropriação social das novas tecnologias” (LEMOS, 2001, p. 16).

Ao longo dos anos, a diferenciação entre cidade e campo<sup>6</sup> vem sendo feita especialmente por meio da leitura da paisagem e da função que cada um operacionaliza. Porém, tanto a cidade, como o campo, resguarda seus dilemas. O campo, por muito tempo, foi lido por seu aspecto bucólico, no qual tanto se encontra a paz como a falta de recursos. As mais diversas políticas de desenvolvimento rural vieram no sentido de melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho, inserindo uma forte mecanização do e no trabalho e formas de vida. Por outro lado, os pequenos agricultores e famílias de camponeses que não acessavam tais benefícios foram ficando à margem deste discurso desenvolvimentista e, por vezes, o que lhes sobrava era o êxodo<sup>7</sup> de suas terras em direção às cidades em busca do sonho de uma vida melhor e mais fácil. Como resultado, temos o campo dominado pelas grandes propriedades rurais a serviço do capital e a cidade com bolsões de pobreza em seu entorno.

Atualmente, em vista da popularização das TICs somada ao vertiginoso crescimento das cidades digitais, torna-se fundamental pensar as conseqüências que tais

---

Por exemplo, fisicamente, destacamos a introdução de fibras óticas, wireless, cabos de telefonia por meio do fomento de políticas públicas. Já no âmbito relacional, apontamos a repercussão das relações políticas e sociais advindas especialmente da atuação da sociedade civil organizada por meio de grupos de resistência.

<sup>6</sup> Em virtude desta dicotomia entre urbano e rural, a equipe do BNDS sugeriu em 2004 alterar esta antiga classificação, sugerindo quatro novas categorias de cidades: agrourbanas, agrorurais, industriais e de serviços, dando destaque para o atual foco de discussão: as chamadas cidades rurais.

<sup>7</sup> Xico Graziano, em seu artigo de opinião intitulado “Cidades Rurais”, diz que há tempos mede-se “o desenvolvimento das Nações através de sua taxa de urbanização [...] No Brasil o êxodo rural configurou uma marcha acelerada, uma corrida rasa” e continua “as capitais se encheram de gente [...]. Metrôpoles ergueram imensas periferias num piscar de olhos. Moradias precárias, abastecimento sofrível, tantos senões, mas nada freava o ímpeto da mudança social”. Fonte: Jornal “O Estado de São Paulo” publicado em 04/07/2006.



transformações operam no espaço urbano e rural na tentativa de que tais diferenças não continuem em curso, nem sejam potencializadas, diminuindo o abismo social que há entre o campo e a cidade. Compreender como o campo está sendo inserido e pensado na lógica digital e como que a sociedade rural faz uso dos benefícios prometidos pelas cidades digitais, é um dos pilares desta discussão.

Nos dias de hoje, a compreensão do campo e da cidade e as relações sociais que neles são possibilitadas ganham novos contornos, no âmbito do ciberespaço. Para tanto, abarcam-se aqui, sob a expressão “cidade digital”, alternativas de potencializar as dinâmicas socioespaciais de determinada territorialidade urbana/rural, de modo complementar à cidade real. Ela é um espaço de sociabilidade, de manifestação do poder e um campo de luta (SILVA, 2004). Tal consideração reflete, sobremaneira, nosso entendimento acerca da inserção das tecnologias digitais<sup>8</sup> na leitura do espaço e do território contemporâneo.

Na tentativa de encontrar respostas para compreender como as cidades digitais têm sofrido os processos de mutações pela inserção das tecnologias de comunicação e informação é que discutiremos a constituição de cidades digitais. Ainda nesta perspectiva, destacamos que o crescente interesse da sociedade em participar de questões relativas ao rural e urbano, especialmente aquelas de cunho ambientalista, é um indicador marcante de sua relevância enquanto temática atual a ser cuidada pela ciência. Entretanto, sabemos que esta lógica de participação cidadã só se efetiva na prática se contar com um cenário no qual haja tanto possibilidades materiais, quanto cognitivas que permitam o acesso às tecnologias digitais e à internet. É desta noção que nasce o interesse em entender as políticas públicas advindas por parte da ação do poder público que servem tanto a instrumentalização das cidades digitais, como a inclusão digital.

Apesar de ainda não serem numerosos, as noções que estão sendo construídas sobre os impactos das tecnologias no espaço urbano e rural surgem como uma efetiva contribuição para aqueles que desejam analisar como a internet gera novas dinâmicas socioespaciais, interferindo sobremaneira, na articulação do Estado em seus modos de atuação e gestão na participação articulada da população por formas sociais mais cidadãs e solidárias.

---

<sup>8</sup> A desigualdade e a exclusão vêm proporcionando uma matriz de segregação social como apontam dados do Programa de Inclusão Digital que indicam que o número de pessoas que nunca usou a internet continua sendo alto, especialmente nas regiões periféricas.



## As dinâmicas socioespaciais das Cidades Digitais

Parte-se do princípio de que a condição humana do homem o leva a se aproximar do outro com o intuito de construir algo coletivo. Para tanto, lança mão de uma série de estratégias para encontrar o outro e com ele estabelecer um processo comunicativo. Afinal, é em relação que o ser humano sobrevive. Esta visão de mundo traz para si a noção de que a vivência do homem no mundo eleva o espaço como condição vital de existência, tendo no geográfico a condição essencial de realização<sup>9</sup>.

Na tentativa de estabelecer o diálogo, o ser humano desenvolve uma diversidade de mídias, todas elas aqui compreendidas como Tecnologias de Comunicação e Informação. Desde os desenhos rupestres, passando pela tipografia, imprensa e mais recentemente o rádio, a televisão e, especialmente os computadores conectados à internet surgem com o intuito de conectar os sujeitos no espaço (PERUZOLLO, 2006). As novas TICs digitais vêm provocando alterações em vários âmbitos da sociedade por terem permeado as relações estabelecidas na política, educação, na cidade e no campo. Nesta trajetória, o contexto das cidades digitais vem emergindo como um *locus* privilegiado em que a inserção das TICs aparece com força, compondo a paisagem e provocando alterações na dinâmica socioespacial do urbano e rural.

Nesta circunstância, para cumprirmos nosso intuito de compreendermos as mutações espaciais em tempos de internet, começamos pelo entendimento da categoria conceitual de espaço<sup>10</sup>. Para tanto, levamos em consideração especialmente duas correntes teóricas que se dedicam a esta questão, a saber: “A natureza do espaço” trabalhada por Santos (2004) e “A condição urbana” defendida por Gomes (2002).

Gomes (2002, p.290), numa tentativa de adotar uma noção de espaço que considere ao mesmo tempo a forma (dimensão material) e o conteúdo (dimensão simbólica, social), afirma que “a análise espacial deve ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais ou comportamentais”. Neste mesmo sentido, Santos (2004, p. 18) acresce que a análise deve pressupor que “o espaço seja

---

<sup>9</sup> Noção adquirida a partir das discussões do Grupo de Pesquisa “Espaço, Sujeito e Existência” – “Dona Alzira” (IESA/UFG).

<sup>10</sup> Muitos entendimentos surgem a partir desta concepção de mutações espaciais. Paul Virilio (1997, 1999), por exemplo, acredita que com a vertiginosa quantidade de informações circulantes na sociedade, ocorreria uma espécie de “**aniquilação do espaço e do tempo**”. Já na expressão de Haesbaert (2007, p.161), as experiências espaço-temporais teriam sido afetadas pelas tecnologias de comunicação e transporte de modo que elas “**encolheriam o mundo**”. Harvey (1993) acreditava que a possibilidade de conexão de diferentes locais fisicamente distantes provocaria a “**compressão tempo-espaço**”. Destaca-se aqui que tais concepções não serão levadas em conta neste projeto, pois muitas vezes elas revelam uma visão reducionista do fenômeno, fazendo uma leitura do espaço a partir de uma noção topométrica. Sem desmerecer tal ponto de vista, optamos apenas por **considerar o espaço em seus aspectos relacionais, afetivos: geográficos**.



definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Em suma, o desdobramento deste pensamento exige-nos que a compreensão acerca da sociedade não pode ser dissociada da natureza e de sua condição relacional.

Apesar desta tarefa não ser fácil, afinal, são anos de história e compreensão a partir de uma visão, nas palavras de Soja (1993, p.100), “fiscalista”, é preciso estender nosso olhar para que se possa traçar um entendimento amplo capaz de abarcar a noção de que apesar do “espaço em si” ser dado, sua organização social são consequências das vivências sociais. Tal consideração nos permite pensar acerca das mutações nas dinâmicas socioespaciais, sobretudo aquelas provocadas pela inserção de TICs, por provocarem transformações territoriais no conteúdo e na forma da constituição espacial.

Em se tratando de território, adotamos aqui a concepção na qual o poder aparece como aspecto centralizador: “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p. 18). Souza (2001) salienta que o território é um espaço delimitado pelas relações de poder e destaca que além do Estado-Nação, a atuação de grupos sociais, ao estabelecerem relações de poder, formam territórios. Souza (2001) acresce a noção de “território autônomo” que muito se aproxima da discussão sobre ciberterritório, que aqui emerge como categoria transversal da pesquisa para obter uma compreensão alargada da noção de cibercidades.

Além do território e do espaço, o ciberterritório e o ciberespaço emergem como categorias teóricas transversais desta discussão para que se possa obter uma compreensão alargada da noção de cibercidades. Para Carvalhal (2008), em última instância, ciberterritório é resultado das relações sociais e dos conflitos espaço-temporais dos territórios híbridos, típicos das cidades digitais da atualidade.

A partir das redes infocomunicacionais distribuídas no espaço, concebe-se ainda o termo território informacional que é formado por uma nuvem de acesso generalizado, quer seja de redes wi-fi, bluetooth, ou da própria telefonia (LE MOS, 2007). Estes territórios infocomunicacionais são a “alma” das cibercidades. Nesta perspectiva é que se revela um processo particular de apropriação das tecnologias digitais por parte do Estado e da Sociedade que, ao se descobrirem atores deste processo de inscrição nas estruturas constitutivas das cidades, influenciam de modo preponderante nas dinâmicas territoriais, sociais e espaciais das cidades digitais.

A internet é hoje o principal elemento no contexto das tecnologias que provoca mutações socioespaciais. Para entendê-la, é fundamental levarmos em conta seus



aspectos constitutivos, tais como, a noção de que ela é uma rede integrada à técnica. Como consequência, apontamos as transformações no espaço e no território, assim como a composição do ciberespaço.

Sendo a internet um tipo de rede, e sabendo-se que as redes são heterogêneas, logo, pondera-se que há diferenciação no acesso proporcionado por estas redes a diferentes atores sociais (SANTOS, 2004, p. 268). Como implicação desta ocorrência, tem-se o processo de exclusão digital ou segregação digital<sup>11</sup>, cada vez mais recorrente na sociedade midiática<sup>12</sup>.

Dias (2005, p. 18) chama atenção para as relações e o complexo interativo provocado entre os nós. Fazendo uso da expressão de Castells, destaca que esta nova dimensão da estrutura social composta por redes configura uma estrutura invisível da sociedade que pode assim ser denominada de “sociedade em rede”. A rede se caracteriza como um complemento à realidade e, atualmente, constitui o espaço e o território aproximando-se da expressão de Haesbaert (2007) “território-rede” que preserva a relevância dos fluxos imateriais nos territórios e revela a realidade das cidades contemporâneas circunstanciadas pelas redes de comunicação.

A origem do ciberespaço provém da conexão entre computadores conectados em rede, especialmente a internet. Atualmente, esta noção vai além, pois há uma gama de outras tecnologias que, conectadas com a internet, compõem o cenário ciberespacial. Daí a atualidade em denominar esta gama de tecnologias (celulares, *tablets*, *smart phones*, televisores digitais, etc) de “mídias digitais” (LEVY, 2000), sendo elas as principais responsáveis por nos permitir vivenciar o que Castells chamou de “sociedade em rede”.

É neste cenário que emerge a noção de ciberespaço<sup>13</sup>, enquanto espaço virtual resultante da existência de tecnologias difusoras de informações que Haesbaert (2007, p. 204) chamou de “novo espaço técnico-informacional planetário”. Levy (2000, p. 92) assim o classificou “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”, ressaltando a noção da conexão com a internet. Saindo de um aspecto técnico, Silva e Tancmán (1999, p. 56) o consideram a

---

<sup>11</sup> De acordo com Chaparro (2007) e exclusão digital se refere a uma situação processual e mais contínua, enquanto que a segregação diz respeito à falta ou precariedade ao acesso à internet.

<sup>12</sup> Entende-se aqui por sociedade midiática (FAUSTO NETO, 2006) como sendo a sociedade nos quais as tecnologias estão inseridas fortemente. As mídias nada mais são do que as tecnologias de comunicação e informação presentes nas raízes das relações sociais.

<sup>13</sup> O termo ciberespaço surgiu a partir de uma obra de ficção denominada “Neuromancer” de William Gibson, datada de 1984. No Brasil, o filme “Matrix” de Andy e Larry Wachowski também trabalha este termo. (GONTIJO, 2007, p. 3)



partir de um ponto de vista social “é uma dimensão da sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais”.

A concepção de ciberterritório surge com as TICs, sem que este se oponha à noção tradicional de território (CHAMUSCA, 2011). Ele apenas acresce a ideia de intersecção dos ambientes físicos e virtuais que, por sua vez, formam as cibercidades. Nesta perspectiva é que se revela um processo particular de apropriação das TICs por parte do Estado e da Sociedade que, ao se descobrirem atores deste processo de inscrição nas estruturas constitutivas da cidade e do campo, influenciam de modo preponderante nas dinâmicas territoriais, sociais e espaciais das cidades digitais.

O “espaço dos fluxos” trazido por Castells (2008) também advém da inserção das TICs na sociedade. Ele é considerado um elemento operante nesta nova lógica espacial que configura a “sociedade em rede”. Finquelievich (2001) diz que esta nova forma espacial é capaz de reconstituir as funções da cidade que por sua vez adentram neste universo de transformações e, por consequência, projetam-se no ciberespaço exigindo um novo olhar sobre si, que vem tomando forma especialmente nos estudos acerca das chamadas “cidades digitais” ou “cidades virtuais”<sup>14</sup>. As cidades digitais nascem sob o prisma de compreender as consequências da inclusão das TICs nas relações sociais, políticas, econômicas especialmente da cidade. Lemos acredita que as cidades na era digital se conformam enquanto um organismo complexo, cuja dinâmica está atrelada às tecnologias “a cidade sempre foi um artifício e hoje essa artificialidade está presa nas garras do digital” (LEMOS, 2005, p. 12)

Neste sentido, como estamos tratando das cidades à época da cibercultura, consideramos as modificações oriundas das tecnologias digitais no espaço urbano e rural. É principalmente nas metrópoles<sup>15</sup> que se tem dedicado mais atenção na busca por entender o crescimento das cidades cada vez mais permeadas pelas mídias digitais. Em detrimento disso, o espaço rural acabou por ficar esquecido pela maioria das pesquisas desta área que, em grande parte das vezes, consideram apenas o espaço urbano. Historicamente vem ocorrendo o processo de urbanização que provoca transformações no espaço urbano e rural das cidades. Em sua forma mais recente, por assim dizer, a urbanização veio por meio de sua digitalização, ancoradas especialmente nas

---

<sup>14</sup> Termos derivados da circunstância atual imposta pela cibercultura, expressão cunhada por Levy (2000, p. 92) e que indicia “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

<sup>15</sup> Lemos (2005) aponta que as metrópoles naturalmente se mantêm como grandes centros urbanos e com maior potencialidade em se configurar como cidade digital, por meio de seus atributos geográficos, urbanos, mão de obra qualificada, circulação do capital, etc. É nelas que podemos observar mais de perto o que Lefebvre (1999) considerou como sendo “a urbanização completa da sociedade”.





tecnologias de informação e comunicação que possibilitam a via de contato entre o campo e a cidade, focos desta discussão.

Silva (2004) afirma, a partir da consideração de que o ciberespaço é uma dimensão do espaço geográfico, que as cidades reais adquirem um novo conteúdo, a partir da sobreposição do espaço do ciberespaço formando assim a cidade digital. Firmino, por sua vez, define cidade digital como “um conjunto de representações virtuais ou eletrônicas, manifestações físicas e interações sociais diretamente relacionadas ao desenvolvimento das TICs nas cidades” (FIRMINO, 2005, p. 318). Essa acepção traz o ponto de vista de que as cidades digitais se configuram como um novo recorte espacial, levantando discussões acerca de inclusão digital, ciberativismo, políticas públicas governamentais, entre outros aspectos.

Na presente proposta, joga-se luz sobre dois atores sociais deste processo que tem na cidade digital seu eixo determinante: o Estado Nação e a Sociedade Civil Organizada, para se chegar ao objetivo do trabalho que é compreender as afetações provocadas no espaço urbano e rural de cidades digitais pela introdução destas tecnologias. Ao tratarmos da relação do Estado com as mídias digitais, surge a questão do contato entre o Governo e o cidadão. Sendo a Internet um potencializador dos processos aproximativos, o Estado emerge como um dos atores da cibercultura. Dentro deste protocolo de mutações, consideramos que o espaço urbano e rural seja um objeto de análise privilegiado para se observar os impactos oriundos da atuação do Estado por meio do fomento de políticas públicas.

Porém, cabe aqui destacar que estamos nos referindo a possibilidades da Internet. Claro está que para tudo isso ser possível é preciso que o acesso às tecnologias<sup>16</sup> seja democratizado. Aí reside a importância da promoção de políticas públicas que preveem a inclusão e a capacitação digital<sup>17</sup>. Santos (2004) antevê certa preocupação com a exclusão digital quando diz que o meio técnico-científico-informacional se superpõe a todos os lugares no espaço geográfico de modo particularizado, podendo provocar um verdadeiro “apartheid social entre conectados e desconectados”<sup>18</sup> (HAESBAERT, 2007).

---

<sup>16</sup> Conforme dados da TIC Domicílios realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e da Comunicação em 2012, **39%** da população urbana e **77%** da população rural nunca acessou a internet. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/B1.html>. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

<sup>17</sup> Caso não ocorra a capacitação informacional para o uso da internet o cenário previsto é de uma “inclusão social precária” (HAESBAERT, 2007) que ocorre quando a relevância é dada à acessibilidade, em detrimento da educação digital para os diferentes usos e apropriações.

<sup>18</sup> Figueiredo e Ferrão discorrem sobre os desafios e os constrangimentos que a “sociedade do conhecimento” coloca às áreas rurais, pressupondo-se que esta formação social carrega como premissa a luta contra a exclusão social e econômica, porém, apontam que a inserção massiva das TICs podem contribuir para reforçar a exclusão de certos atores sociais, entre os quais se encontram os “territórios rurais mais remotos e reforçar aquilo que alguns autores têm vindo a designar como a divisão rural-urbano” (2007, p. 1).



Este panorama revela a urgência de desenvolver alternativas que reduzam este quadro de desigualdade, especialmente no âmbito da gestão do Estado, em seus três níveis. Mesmo em meio a um universo de fatores que impedem o pleno acesso à internet, é imprescindível que se articulem propostas do Estado na tentativa de minimizar a questão da exclusão digital. Em contrapartida ao desenvolvimento das Cidades Digitais e com fins de amenizar a possível segregação digital da população é que o Governo lança mão de estratégias para incluir o campo neste contexto digital, especialmente via políticas públicas. As Políticas Públicas de inclusão digital<sup>19</sup> especialmente àquelas que cuidam da implantação dos Telecentros são alternativas que compõem a conjuntura de análise desta proposta. Para fins teóricos, entende-se por políticas públicas a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1986). Neste sentido, entende-se aqui por política pública toda ação do governo que tenha interferência direta no espaço social.

Os telecentros, por sua vez, se configuram como uma proposta viável para boa parte da sociedade que não tem acesso às mídias digitais, pelas mais diversas circunstâncias. Chaparro (2007) considera os telecentros como uma alternativa de promoção da inclusão digital, pois eles diminuem as distâncias da segregação digital. Neste sentido, os telecentros<sup>20</sup> surgem como um possível “espaço luminoso”<sup>21</sup> em zonas marginalizadas do espaço urbano e rural.

Além da atuação do Estado, a internet tem servido também para a prática de alguns grupos da sociedade civil, aqui denominados de “grupos de resistência”. Tais grupos surgem no contexto do ciberativismo e são considerados, de acordo com Rigitano (2005, p. 249) como alternativas de atuação a partir da plataforma digital que se articulam em torno de questões que dizem respeito às cidades, especialmente via *sites*, *blogs* e redes sociais. Neste caso, pressupõe-se que as dinâmicas socioespaciais também são promovidas pela realização destas interações a partir de dispositivos digitais.

A inclusão digital proporciona a estes grupos de resistência a possibilidade de se constituírem parte integrante da “cidade digital”, especialmente aqueles grupos que

---

<sup>19</sup> Uma dos programas de maior destaque no cenário nacional proveniente de políticas públicas se chama “Territórios Digitais”, promovido pelo IICA Cooperação e objetiva fortalecer a organização social e promover a educação digital do campo. Disponível em: [www.governoeletronico.gov.br](http://www.governoeletronico.gov.br)

<sup>20</sup> Goiás conta hoje com 106 telecentros ativos, sendo que destes, 22 estão concentrados na Capital Goiânia. Disponível em: [http://www.redetelecentro.com.br/portal/index.php?option=com\\_regiao&view=uf&UFI=GO](http://www.redetelecentro.com.br/portal/index.php?option=com_regiao&view=uf&UFI=GO)

<sup>21</sup> Milton Santos e Maria Laura Silveira trazem esta expressão para fazer referência àquelas áreas de atração e desenvolvimento econômico, com acumulação demográfica e informacional. (2008, p. 264)



representam a parcela da população mais marginalizada, do espaço rural e urbano. Este panorama revela a urgência de desenvolver alternativas que reduzam este quadro de desigualdade, especialmente no âmbito da gestão do Estado, em seus três níveis. Em contrapartida ao desenvolvimento das Cidades Digitais e com fins de amenizar a possível segregação digital da população é que o Governo lança mão de estratégias para incluir o campo neste contexto digital, especialmente via políticas públicas. As Políticas Públicas de inclusão digital<sup>22</sup> são alternativas que compõem a conjuntura de análise desta proposta. Para fins teóricos, entende-se por políticas públicas a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1986).

A iniciativa desses grupos de resistência<sup>23</sup> emerge como uma força contra os discursos circulantes nas mídias massivas, que nem sempre representam exatamente seus valores. É nas mídias digitais que se encontra um modo de levar à sociedade informações sobre si, afinal, com a circulação de informações amplia-se a participação e o empoderamento do social. Aí nasce a crença na constituição de uma sociedade mais solidária, a partir de formas de vida sustentáveis e conscientes.

Destacamos aqui que tanto a atuação do Estado, quanto de grupos ativistas em prol de uma cidadania plural são a semente para a constituição das cidades digitais, que vem se alargando no Brasil e no mundo<sup>24</sup> de modo imperativo. Desse modo, faz-se importante compreendermos as características das “Cidades Digitais”, afinal, conforme indica: “Conhecer nossos territórios é assim condição essencial para gerarmos políticas públicas consistentes em temas como exclusão social, atendimento da saúde, melhoria da segurança pública e combate à devastação ambiental.” (CÂMARA, et al, 2005, s.p)

### **Para fins de conclusão**

Entende-se aqui que as cidades digitais configuram-se como uma nova territorialidade que permite a ampliação do espaço público, a partir da participação do governo, bem como da população que se destacam como atores deste processo

---

<sup>22</sup> Uma dos programas de maior destaque no cenário nacional proveniente de políticas públicas se chama “Territórios Digitais”, promovido pelo IICA Cooperação e objetiva fortalecer a organização social e promover a educação digital do campo.

<sup>23</sup> Atualmente podemos indicar dois grupos ativistas de relevância, a saber: “Avaaz” (considerada hoje a maior organização mundial de mobilização em rede) e, no caso brasileiro, o “Centro de Mídia” (tem por fim concentrar a divulgação de outros grupos ativistas). Disponível em respectivamente [www.avaaz.org](http://www.avaaz.org) e [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org). Em Goiás, o cenário ainda está em processo de constituição. No ano de 2013 ocorreu um evento que reuniu os principais ativistas digitais do Estado, denominado “2º Encontro de Blogueiros e Ativistas Digitais de Goiás”. Disponível em: <http://sinprogoias.org.br/> Acesso em: 17/01/2014, às 9h.

<sup>24</sup> A título de exemplo, destacamos os casos de cidades digitais de Amsterdã (Holanda) e de Aveiro (Portugal), como sendo as primeiras experiências mundialmente reconhecidas. No Brasil temos a cidade de São Paulo (SP) e Salvador (BA) como indícios deste projeto.



democrático do ciberespaço. A cidadania toma o espaço virtual como uma matriz de desenvolvimento para atividades cidadãs e solidárias, seja ligada ao governo, seja associada ao ativismo social (em prol de questões ambientais, sociais, entre outras).

As pesquisas acerca destas formas de atuação materializadas na rede, assim como da articulação que se dá entre os grupos e a sociedade, levando em conta a perspectiva de que apesar de a internet proporcionar uma articulação entre pessoas espacialmente distantes, conectando o local e o global, entendemos que é na escala local que a mobilização social se especializa de fato, gerando provas de sua existência e magnitude.

É no ciberespaço que os grupos de resistência encontram modos de realizar seus anseios, independente de sua natureza e, apesar de terem geralmente suas atuações mais expressivas no âmbito local, ainda assim estão conectados com questões mais amplas que ocorrem no cenário mundial.

A iniciativa desses grupos de resistência<sup>25</sup> emerge como uma força contra os discursos circulantes nas mídias massivas, que nem sempre representam exatamente seus valores. É nas mídias digitais que se encontra um modo de resguardar seus preceitos, assim como de promover ao corpo social informações até então de posse de pequenos grupos que não encontravam modos de canalizar ao corpo social tais dados. Enquanto as informações ficarem concentradas sob o poder de poucos, menor é a possibilidade de participação social para a gestão pública das cidades. Ao mesmo tempo em que a potencialidade de poder social cresce a medida que as informações corretas chegarem em tempo hábil a boa parte da população. Neste aspecto reside a força que há nesta forma de atuação e configuração dos grupos de resistência em rede.

A partir disso é que nasce a crença na constituição de uma sociedade mais solidária, a partir de formas de vida sustentáveis, conscientes e um campo fértil para a práxis e a reflexão de relações públicas. Destacamos aqui que tanto a atuação do Estado, quanto de grupos ativistas em prol de uma cidadania plural são a semente para a constituição das cidades digitais, que vem se alargando no Brasil e no mundo<sup>26</sup> de modo imperativo.

---

<sup>25</sup> Atualmente podemos indicar dois grupos ativistas de relevância, a saber: “Avaaz” (considerada hoje a maior organização mundial de mobilização em rede) e, no caso brasileiro, o “Centro de Mídia” (tem por fim concentrar a divulgação de outros grupos ativistas). Disponível em respectivamente [www.avaaz.org](http://www.avaaz.org) e [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org) Acesso em: 17/01/2014, às 9h.

Em Goiás, o cenário ainda está em processo de constituição. No ano de 2013 ocorreu um evento que reuniu os principais ativistas digitais do Estado, denominado “2º Encontro de Blogueiros e Ativistas Digitais de Goiás”. Disponível em: <http://sinprogoias.org.br/> Acesso em: 17/01/2014, às 9h.

<sup>26</sup> A título de exemplo, destacamos os casos de cidades digitais de Amsterdã (Holanda) e de Aveiro (Portugal), como sendo as primeiras experiências mundialmente reconhecidas. No Brasil temos a cidade de São Paulo (SP) e Salvador (BA) como indícios deste projeto.



## REFERÊNCIAS

CÂMARA, Gilberto et al. **Territórios Digitais: as novas fronteiras do Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo: USP, 2005.

CARVALHAL, Márcia. **Perspectivas contemporâneas de território, espaço e democracia**. In: Seminário Nacional de Dinâmica Territorial e desenvolvimento Socioambiental, 5. Anais. UCSal, Salvador, ago, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHAMUSCA, Marcello. **Os processos infocomunicacionais e as dinâmicas territoriais e Sociais das Cidades Contemporâneas**. Salvador: BA: Edições VNI/UCSAL, 2011.

CHAPARRO, Jeffer. **La segregación digital en contacto**. Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 95, 1º de abril de 2007. Disponível em:<<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-095.htm>> Acesso em 9 de maio de 2009.

FAUSTO NETO, Antônio. **Midiatização, prática social – prática de sentido**. Artigo apresentado no Encontro da Rede Prosul, no seminário Midiatização, UNISINOS. PPGCC, São Leopoldo/RS, 2006.

FIGUEIREDO, Elisabete; FERRÃO, Pedro. **O Conhecimento não cresce nas árvores: os desafios da sociedade do conhecimento e o mundo rural de Portugal**. Anais Congresso de Estudos Rurais, 3, SPER, Universidade de Algarve: Faro, 2007.

FINQUELIEVICH, Suzana. Ciudades em el espacio de las redes. **Mundo Urbano**, Quilmes, Argentina. 2001.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre. São Paulo, v. 1, n. 18, jan/jun. 2002, p. 37 – 46.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: o fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.



LEMOS, André. Cibercidades. In: LEMOS, André; PAÁCIOS, Marcos (org). **Janelas do ciberespaço: comunicação e cultura**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

LEMOS, André. **Cidade e Mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios infocomunicacionais**. Revista Matrizes, São Paulo, n1, p. 121 – 137. Out. 2007.

LEMOS, André. Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura. In: LEMOS, André (org): **Cibercidade II: Ciberurbe**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

PERUZZOLO, Adair. **Comunicação como Encontro**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N. J: Chatham House, 1986.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **A produção morfológica do ciberespaço e a apropriação dos fluxos informacionais no Brasil**. Coloquio Internacional de Geocrítica, 7, Santiago de Chile, Pontificia Universidad Catolica de Chile, 2005.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGITANO, Maria Eugênia. Ciberativismo: definições, origens e possíveis classificações. In: LEMOS, André (org). **Cibercidade II: Ciberurbe**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, Carlo; TANCMÁN, Michele. A dimensão socioespacial da cibercidade: uma nota. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1. N2, p. 55-66. 1999.

SILVA, Michele Tancman Candido da. **A (ciber)geografia das cidades digitais**. Revista Eletrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, 2004.

SMALL, J.; WITHERICK, M. **Dicionário de geografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.



SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. Geografia: **conceitos e temas**. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil, 2001, p.77 – 116**.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D. et al. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

VASCÁRCEL, José Ortega. **La geografía para el siglo XXI**. In: ROMERO, Juan (coord.). Geografía Humana: procesos, riesgos e incertidumbres en un mundo globalizado. Barcelona: Ariel, 2004, p. 24-53.